

GREVE DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO RIO SERÁ RETOMADA EM 28 DE AGOSTO

A decisão unânime dos servidores foi tomada na quarta-feira, 22 de agosto, em Assembleia Geral, às 12h, em frente à JF da av. Rio Branco (foto). Participaram 81 servidores sindicalizados. O governo propôs à categoria um reajuste de 15,8%, na noite de terça-feira, 21 de agosto. Mas o funcionalismo a considerou insuficiente diante do índice de mais de 50% de perda salarial dos últimos seis anos



Foto: Tatiana Lima

A análise de que os servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro precisam paralisar as atividades efetivamente e fazer um movimento de greve forte permeou os principais discursos dos trabalhadores, seja da direção sindical, da oposição ou da base. Todos concordaram que a proposta de 15,8% feita pelo governo federal está longe da reivindicada pelos servidores. Em uníssono, os 81 participantes da assembleia pediram à categoria que cruze os braços efetivamente em todos os cartórios, fóruns e varas do Judiciário Federal (capital e interior) para a greve, independentemente de temores e percalços. A ordem é pressionar o governo para contrapor a proposta feita de 15,8% de reajuste salarial.

De forma consensual, os servidores do Judiciário Federal do Rio elegeram também a delegação fluminense para representar a categoria no ato público chamado pela Fenajufe para o dia 30 de agosto que será denominado de “Bota fora de Ari Pargendler”, para marcar a saída do ministro da Presidência do STJ e denunciar as decisões do tribunal em relação à greve dos servidores, já que o STJ tem sido um alçó contra o direito de greve, julgando ações que estabelecem percentuais mínimos para a greve e que permitem o corte de ponto. No dia seguinte, 31 de agosto, acontece a

Reunião Ampliada da Fenajufe, com a participação de todos os delegados e delegados do Rio: Anete de Souza Andrade, João Souza da Cunha, José Fonseca, Marzia Maranhão, Neli da Costa Rosa, Paulo Alberto Gurjão de Oliveira, Pedro Paulo Gasse Leal, Roberto Ponciano e Soraia Garcia Marca.

Atos setoriais dia 27 e ato unificado dia 30

A categoria aprovou também fazer atos públicos em cada local de trabalho na segunda-feira, dia 27 de agosto, às 12h. O objetivo é ajudar a organização do movimento paredista para terça-feira, 28 de agosto. Também no dia 28, haverá assembleia setorial das Zonas Eleitorais da Capital e Região Metropolitana, na sede do sindicato, na av. Presidente Vargas, 509 – 11º andar, às 19h.

Cerca de 40 servidores do Ministério Público da União (MPU) também participaram da assembleia em frente à JF Rio Branco, no dia 22, em solidariedade à categoria do Judiciário Federal. Os funcionários do MPU, também em greve, lutam pela aprovação do PL 6.697/2009. Os dois segmentos farão ato público conjunto na quinta-feira, 30 de agosto, às 15h. A passeata terá concentração na Candelária e encerramento em frente ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), na avenida Presidente Wilson.

Calendário de Mobilizações Retomada de Greve do Judiciário Federal

Segunda-feira, 27 de agosto – 12h – Atos setoriais em todas as varas e fóruns para organização da retomada da greve.

Segunda-feira, 27 de agosto – 14h – Ato público em frente à sede do PT, no Rio de Janeiro.

Terça-feira, 28 de agosto – RETOMADA DA GREVE NO JUDICIÁRIO FEDERAL DO RIO. A ORDEM É PARAR!

Quarta-feira, 30 de agosto – Ato Público unificado dos

servidores do Judiciário do Rio e MPU pela luta da aprovação dos PLs 6613/09 e 66909. Concentração às 15h na Candelária e encerramento do ato em frente ao Tribunal Regional Eleitoral (sede), na av. Presidente Wilson, às 17h.

Quinta-feira, 30 de agosto – Ato em conjunto com os servidores do MPU denominado “Bota Fora de Ari Pargendler” em frente ao STJ

Sexta-feira, 31 de agosto – Reunião Ampliada da Fenajufe

LEIA TAMBÉM

CUT denuncia Dilma na OIT: “totalitária e ditatorial”

PÁGINA 3

Sisejufe traça estratégia de ação para o segmento dos deficientes

PÁGINA 4

Sindicato propõe Adin contra restrição ao porte de armas para agentes

PÁGINA 5

Aposentados promovem Jornada de Qualidade de Vida

PÁGINA 6

Justiça unificará valores de assistência médica e odontológica até 2015

PÁGINA 8

Foto: Joana Darc Melo/Fenajufe



Milhares de servidores públicos federais voltaram a tomar as avenidas de Brasília na luta por reajustes salariais. A delegação fluminense da categoria judiciária federal (foto) também marcou presença no dia 15 de agosto, antes de participar da Reunião Ampliada da Fenajufe que deliberou pela manutenção da greve por tempo indeterminado

Greve pressiona governo a apresentar contraproposta à categoria

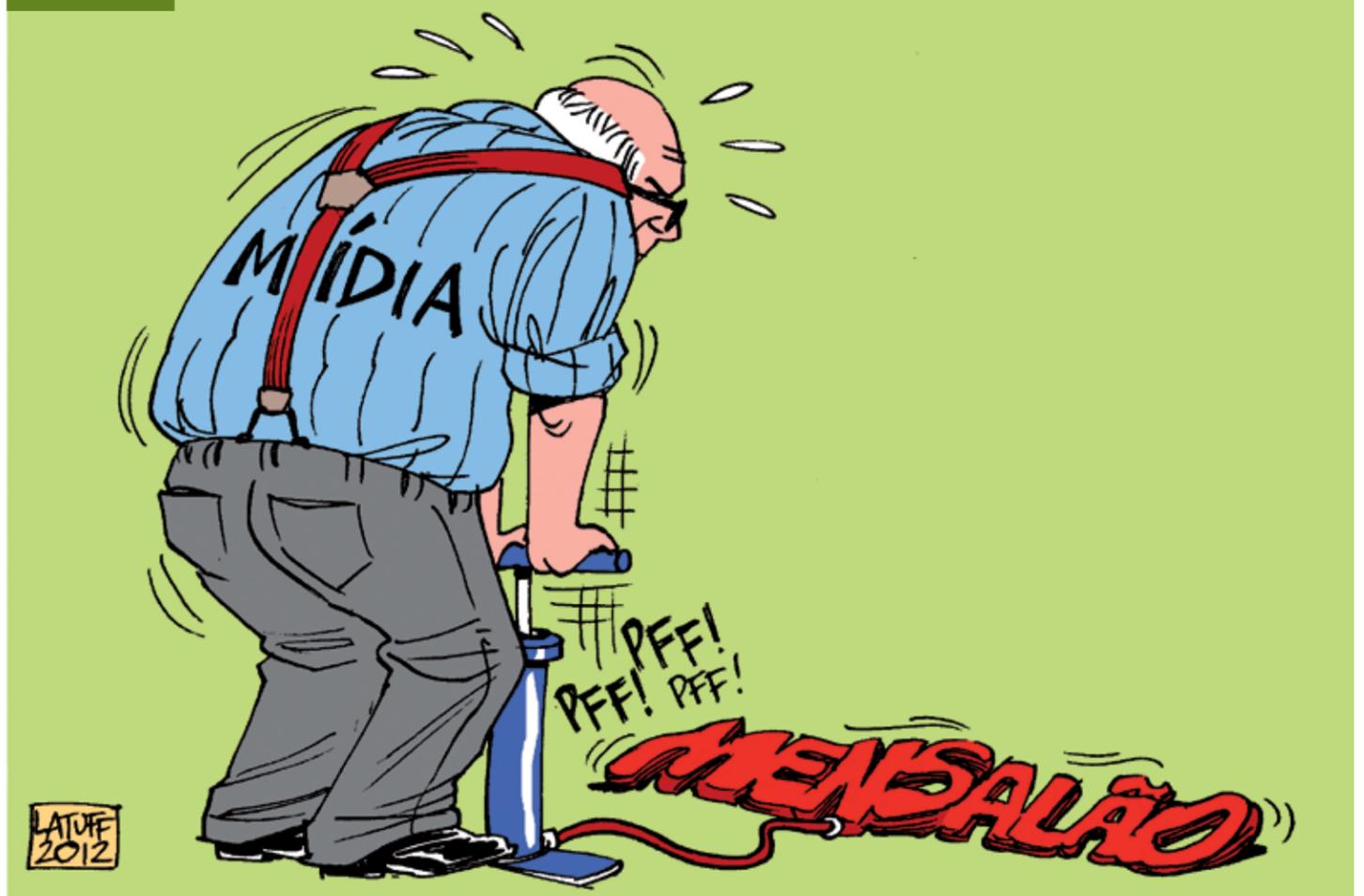
Com quase três anos de luta pela aprovação dos PLs 6.613/2009 e 6.697/2009, desde dezembro de 2009 quando os projetos chegaram à Câmara dos Deputados, pressionado pela greve que cresce em todo o país, o governo apresenta pela primeira vez uma contraproposta à categoria. O índice de reajuste de 15,8% em três anos, cuja implementação se encerraria em janeiro de 2015, proposto pelo Palácio do Planalto aos servidores do Judiciário Federal, foi informado pelo presidente do STF, ministro Ayres Britto, aos coordenadores da Fenajufe Zé Carlos Oliveira, Pedro Aparecido, Antônio Melquíades (Melqui) e Cleo Vieira, em reunião na noite da terça-feira, 21 de agosto.

No encontro, que também contou com a presença dos diretores do Sindjus-DF Jailton Assis e Ana Paula Cusinato, do Diretor Geral do STF, Amarildo Viera, e do secretário geral da Presidência do Supremo, Antair Valente, o ministro informou que o STF ainda está estudando a proposta, que é semelhante ao que também foi apresentado pelo governo às outras categorias do funcionalismo federal, que lutam por reestruturação de suas respectivas carreiras e por revisão salarial. Nesse mesmo dia, o STF havia se reunido com representantes do Executivo, oportunidade em que debateram o PCS do Judiciário Federal.

Na reunião, os coordenadores da Fenajufe ressaltaram ao ministro que a proposta ainda está aquém da reivindicação da categoria, que se encontra há seis anos sem reajuste salarial. Segundo os dirigentes sindicais, o índice apresentado (15,8%), que seria implementado em três parcelas (2013, 2014 e 2015) não repõe sequer a metade das perdas acumuladas no último período, o que o faz estar muito distante do índice previsto no PL 6613/09, cuja tabela já está ultrapassada por ter sido elaborada com base em cálculos de 2009.

*Imprensa da Fenajufe.

Latuff



Servidores públicos federais fazem manifestação no Centro do Rio

Terminou, por volta das 13h30, a manifestação de servidores públicos federais no centro do Rio de Janeiro. O ato, que começou na manhã de quinta-feira, 9 de agosto, às 10h, contou centenas de manifestantes. A concentração foi na

Candelária e a passeata terminou na Cinelândia. Durante a manifestação, representantes de várias áreas, como saúde, educação e policiamento e da Justiça Federal do Rio, estavam com faixas e cartazes. Com auxílio de carro de som eles gritavam “Greve Geral”.

O Dia Nacional de Luta, na quinta, 9 de agosto, foi uma indicação do Fórum Nacional em Defesa dos Serviços e Servidores Públicos que congrega mais de 30 entidades nacionais que representam o setor. Durante a concentração da passeata, na Candelária,

a diretora Helena Cruz esteve representando o Sisejufe e a categoria dos servidores do Judiciário Federal. Já no transcorrer da passeata, pela avenida Rio Branco, os diretores sindicais presentes foram Pedro Paulo Gasse Leal e Roberto Ponciano.



Contraponto

SISEJUF: Filiado à FENAJUFE e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima (MTb 32631/RJ)

DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda. **EDITOR-CHEFE:** Henri Figueiredo

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso na 3Graf em Papel Reciclado. 8,6 mil exemplares.

CUT E SINDICATOS DE SERVIDORES LEVAM DILMA À OIT: “TOTALITÁRIA E DITATORIAL”

Movimento Sindical

Na quinta-feira, 9 de agosto, todas as entidades representativas dos servidores federais se uniram para formalizar uma denúncia na Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra as práticas antissindicais do governo Dilma. A peça foi entregue no escritório da OIT em Brasília, com um pedido de encaminhamento à sede, situada em Genebra, na Suíça.

O documento tem 11 folhas. Dedicou adjetivos acerbos à gestão da presidenta petista. E pede a imposição de “sanção” ao Brasil. Os servidores reclamam do tratamento dado pelo governo durante a greve legítima do setor



Pedro Armengol: secretário-adjunto de Relações do Trabalho da CUT Nacional é servidor federal no Piauí

Ao invés de negociar e buscar o diálogo, apresentando uma proposta que possa por fim aos conflitos instalados, o governo tem tentado derrotar o movimento determinando corte de ponto e até autorizando a substituição de servidores que lutam por melhores condições de trabalho. Este é o caso do Decreto 7.777/2012, considerado pelos servidores como inconstitucional. A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e demais entidades que possuem categorias em greve, entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o decreto que permite a substituição de servidores grevistas.

Anota-se no texto que, embora o STF tenha reconhecido o direito de greve do funcionalismo, o governo Dilma “traz à tona medidas de Estados totalitários e ditatoriais, tentando por fim com mão de ferro a movimento legítimo ao invés de negociar soluções...” O ponto central da reclamação é o decreto 7.777, editado por Dilma em 24 de julho como resposta à onda de greves no serviço público.

Uma “resposta arbitrária do governo”, anotam as entidades sindicais na reclamação à OIT. Para a CUT e as casas sindicais do Estado, o objetivo oficial do

decreto – garantir “a continuidade de atividades e serviços públicos” durante a greve – é mera “fachada”. O propósito real seria o de limitar o exercício do direito do funcionalismo de cruzar os braços.

Em essência, o decreto de Dilma autorizou os ministros a firmarem convênios com Estados e prefeituras para substituir os grevistas federais por servidores estaduais e municipais.

Para a CUT e Cia., o decreto da presidente “tem o condão de exterminar com o exercício do direito de greve dos servidores públicos federais”. Por quê? “Além de terem suas atribuições privativas compartilhadas [com o funcionalismo estadual e municipal], os servidores federais que não observarem os dispositivos do malsinado decreto terão a responsabilidade funcional apurada em procedimento disciplinar específico.”

Na reclamação, o sindicalismo sustenta que a providência viola a Convenção 151 da OIT e a própria legislação brasileira. Por isso, classificam de “inaceitáveis as medidas autoritárias do governo brasileiro.” Menciona-se no texto também a Recomendação número 159 da OIT. Os sindicatos reproduzem o seguinte trecho do documento:

“No curso da negociação de termos e condições de trabalho, de acordo com a Parte IV da

Convenção sobre relações de trabalho (Serviço Público), de 1978, as pessoas ou órgãos competentes para negociar em nome da autoridade pública concernente e o procedimento para dar efeito aos termos e condições de trabalho acordados devem ser definidos por lei ou regulamentos nacionais ou por outros meios apropriados.”

No Brasil, informam os signatários da reclamação, o direito de greve dos servidores foi sacramentado na Constituição de 1988. Porém, o texto constitucional remeteu a regulamentação desse direito à legislação ordinária. As paralisações na iniciativa privada foram regulamentadas rapidamente. Já em 1989, o Congresso aprovou a lei 7.783. Quanto às greves no serviço público, decorridos 28 anos da promulgação da Constituição, jamais foram regulamentadas.

Diante da omissão do Legislativo, recordaram os reclamantes, o STF decidiu que vale para o serviço público a mesma lei federal que rege as greves nas empresas privadas (7.783/1989). E o decreto de Dilma, sustentam as entidades sindicais, violaria o parágrafo único do artigo 7º dessa lei, que estabelece: “É vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos...”

Nesse ponto, a reclamação

dá de ombros para os argumentos do governo. Dilma e seus operadores alegam que não se está contratando substitutos, mas apenas autorizando, por meio de convênios, servidores de outros entes da federação a executarem serviços que, por “essenciais”, causariam danos irreparáveis à sociedade se não fossem prestados.

Em reforço à tese segundo a qual Dilma exorbitou, os sindicatos evocam, de novo, a Convenção 151 da OIT. Citam o artigo 4º do tratado. Prevê, entre outras coisas, que “os empregados públicos gozarão de proteção adequada contra todo ato de discriminação sindical em relação com seu emprego.” Entre as medidas de proteção, proíbe o Estado de “despedir um empregado público ou prejudicá-lo de qualquer outra forma, devido à sua filiação a uma organização de empregados públicos ou de sua participação nas atividades normais de tal organização”.

As entidades realçam que a convenção da OIT foi aprovada pelo Congresso, inserindo-se no ordenamento jurídico do Brasil. Sustentam que Dilma a violou porque, com seu decreto, não fez senão autorizar a substituição de servidores em greve “por outros”. Fez isso sem que tenha havido qualquer decisão judicial declarando “abusiva ou

ilegal” a greve dos funcionários públicos federais.

Sob tais argumentos, a CUT e as entidades sindicais dos servidores pediram à OIT que adote “as necessárias providências para coibir as práticas do governo brasileiro.” Que providências? A aplicação de sanções ao Brasil “por violar as convenções e recomendações referendadas no ordenamento jurídico nacional que proíbem a substituição de servidores públicos em greve” e “o desconto de salário [...], sem que a greve tenha sido previamente declarada ilegal ou abusiva” pelo Poder Judiciário.

Assina a reclamação pela CUT o diretor Pedro Armengol de Souza. Na diretoria-executiva da central, ele ocupa o posto de secretário-adjunto de Relações do Trabalho. Rubricam o documento, de resto, dirigentes das seguintes entidades: Sindifisco (auditores da Receita), Sinagências (funcionários de agências reguladoras), Condsef (Confederação de Servidores Federais), Anffa (fiscais agropecuários) Fenasps (servidores da Saúde, do Trabalho e da Previdência) e ASMPF (associação dos servidores do Ministério Público Federal).

Fontes: Imprensa do Condsef, CUT Nacional e blog do jornalista Josias de Souza.

Sisejufe traça estratégias de ação para o segmento dos deficientes

NPD

O Núcleo das Pessoas com Deficiência (NPD) do Sisejufe vai fazer uma pesquisa para detectar quais são as reais condições de trabalho e as necessidades do cotidiano de servidoras e servidores com deficiência no Judiciário Federal do Rio. A decisão de fazer este levantamento na categoria foi tomada em reunião do núcleo que ocorreu no dia 17 de julho. Para o coordenador do NPD e diretor sindical, Ricardo de Azevedo Soares, o mapeamento pode contribuir para aumentar a organização do segmento em todos os sindicatos do país e nas lutas pertinentes aos direitos das pessoas com deficiência junto aos governos federal e estadual

Tatiana Lima*

O coordenador do NPD do Sisejufe Ricardo de Azevedo Soares lamentou que os servidores do segmento do Judiciário Federal não participem das atividades. “O lamentável da reunião é a não participação da categoria. Convidamos todo o segmento com deficiência da categoria e ninguém compareceu. Assim fica difícil fazermos alguma coisa. Fica complicado para o sindicato cobrar algo se não souber o que está faltando para as mais variadas deficiências existentes no judiciário fluminense”, disse Ricardo.

Entre as questões que o

NPD defende é a intensificação do embate contra a implementação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE), que visa universalizar o atendimento escolar a estudantes de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transbordos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação na rede pública de ensino. Na prática, segundo os militantes do segmento, o projeto vai retirar o direito de escolha de pais e estudantes deste segmento da população cursarem o ensino fundamental e médio em escolas com política especial de educação para pessoas com deficiência como o Instituto Benjamin Constant (IBC).



Ricardo: em busca da conscientização

Segue a luta da Meta 4 do PNE

O relatório sobre a Meta 4 teve o texto aprovado pela Comissão Especial do PNE no dia 13 de julho, com votação dos destaques no dia 26 do mesmo mês e deveria seguir para votação do Senado. Porém, em 9 de agosto, o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP) apresentou recurso com assinatura de 79 deputados a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, pedindo votação no Plenário da Casa do projeto de lei do Plano Nacional de Educação (PNE – PL 8035/10).

O relatório não absorveu todas as alterações pleiteadas pelos militantes deste setor. Contudo, é o que mais avançou dentro da correlação de forças entre governo e militantes. Por isso, causa preocupação no segmento o pedido de recurso do deputado Arlindo Chinaglia.

“Nós, que estamos na luta pela educação especializada, fomos surpreendidos com essa ida do PL 8.035/2010 a plenário da Câmara dos Deputados. Esperávamos que fosse direto ao Senado. Agora, teremos que nos rearticular e contatar novamente vários deputados para buscarmos apoio no plenário quando do momento da votação. Sabemos que a maior questão colocada no PNE e que mais preocupa o governo é a questão do PIB, mas temos que estar atentos para não sermos surpreendidos de última hora”, opina o coordenador do NPD, Ricardo de Azevedo Soares. O Plenário ainda precisa decidir se acata o recurso para que o projeto seja votado pelos 513 deputados.

Para Ricardo, é essencial garantir o não retrocesso de temas já incorporados à Meta 4 do PNE, além do compromisso dos senadores em promover audiências para buscar alterações ainda necessárias. Por exemplo, a mudança da idade mínima de acordo com o pleito do Movimento de Pessoas com Deficiência

O diretor sindical informou que conversou com o deputado federal Chico Alencar (PSOL-RJ) para tratar sobre o voto contrário do deputado Ivan Valente (PSOL-SP) ao relatório da Meta 4 do PNE. Segundo Ricardo de Azevedo Soares, Chico Alencar argumentou que o relatório não

foi previamente discutido, mas que este assunto será debatido com o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) para que o voto seja reflexo das demandas do segmento. Na avaliação do diretor sindical, o relator no Senado da Meta 4 pode vir a ser o senador Roberto Requião (PMDB-PR) ou Aníbal Diniz (PT/AC).

Em busca da conscientização do segmento e de toda categoria do Judiciário para esta importante luta, o NPD do Sisejufe vai realizar em 25 de setembro a mesa redonda “Acessibilidade: da educação ao mercado de trabalho, limites e conquistas”, no auditório do sindicato. Até o momento, foram convidados o senador Wellington Dias (PT-PI) e o desembargador federal do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Paraná, Ricardo Tadeu da Fonseca Marques. O evento é uma atividade pelo Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, comemorado em 21 de setembro.

Eleições 2012

Foram encaminhados ofícios sobre a necessidade de garantir a acessibilidade nas eleições em 2012 ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelo Sisejufe. O NPD do sindicato visa ainda marcar, via Fenajufe, uma reunião com a ministra Cármen Lúcia do TSE para tratar o tema.

*Da Redação.

SISEJUFÉ PROMOVE ATIVIDADES SETORIAIS PARA MOBILIZAÇÃO DE GREVE

Max Leone*

A diretoria do Sisejufe retomou a mobilização da categoria, em 13 de agosto, com manifestações por locais de trabalho com vistas à greve pela aprovação do PL 6.613/2009. Diretores e diretoras do sindicato e servidores de base participaram de atividades setoriais para convocação da Assembleia Geral marcada para 14 de agosto, às 12h, em frente à Justiça Federal da avenida Rio Branco, na Cinelândia. Na ocasião, foram eleitos os delegados para a Reunião Ampliada da Fenajufe, em Brasília, entre os dias



JF da avenida Almirante Barroso: no dia 13 de agosto houve atividade setorial

15 e 17 de agosto.

Divididos em grupos na manhã de 13 de agosto, diretores do Sisejufe mostraram a importância da participação dos servidores na retomada

da mobilização. “Temos que definir o rumo do nosso movimento. Quem não participa dá a entender que a situação atual não está ruim. Não adianta só ficar reclamando. É

preciso participação”, conclamou o diretor do Sisejufe Ricardo de Azevedo Soares, em frente ao prédio da Justiça Federal na avenida Almirante Barroso, no Centro.

O também diretor do sindicato Flávio Pietro defendeu que a greve é um direito constitucional legítimo dos servidores públicos. “Estamos há pelo menos seis anos sem reajustes. Infelizmente, o governo olha para os servidores de maneira desigual. Temos que exercer nosso direito constitucional de fazer greve para reivindicarmos aumento”, afirmou também na atividade setorial da Almirante Barroso, que contou ainda com a participação dos diretores

Márzia Maranhão, Pedro Paulo Leal e Dulavim de Oliveira Lima.

Na Rio Branco, a atividade setorial foi comandada pelos diretores Roberto Ponciano e pelo diretor-presidente do sindicato Valter Nogueira Alves, que também é coordenador executivo da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajufe). Lá, os servidores foram convocados para participar da Assembleia Geral a partir das 12h, em 14 de agosto.

*Da Redação.

Sisejufe argui inconstitucionalidade de artigo que restringe porte de armas

Agentes de Segurança

O Rio de Janeiro defendeu no 7º Seminário da Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal (Agepoljus) a modificação do artigo 7, inciso 2º, da lei 12.694/2012, que limita em 50% a concessão de porte de armas para servidores que exercem funções de segurança no Judiciário Federal. Os servidores que representaram o Núcleo de Agentes de Segurança (NAS) do Sisejufe no evento, que ocorreu de 16 a 19 de agosto, em Salvador, na Bahia, levaram a proposta de as entidades representativas entrarem com pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) do artigo tendo em vista que ele fere o princípio da isonomia

Max Leone*

Após cinco anos de tramitação e ser aprovada pelo Congresso Nacional, a lei foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 24 de julho e, dentre outras questões, regulamenta a autorização do porte de arma no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público.

“A posição da bancada do Rio que participou do seminário da Agepoljus é essa: não pode haver discriminação da escolha de quem pode e quem não pode ter o porte de arma. Como será essa escolha? Quais os critérios que serão usados? Defendemos que as entidades representativas entrem com Ação Direta de Inconstitucionalidade”, afirmou Carlos Henrique Ramos da Silva, o Carlão, diretor do Sisejufe

e coordenador do NAS.

Eleitos na última reunião do NAS, em 18 de julho, os quatro representantes do Rio – Iury Barbosa (TRF), Wallace Nascimento da Silva (JF/São João de Meriti), Eldson Bezerra da Silva (TRF/CCJF) e Ademir Gregolin (TRT) – levaram a proposta discutida pelos agentes no estado e que também questionam os critérios da distribuição do porte de armas. Pela nova lei, ficará a cargo do presidente do tribunal ou do chefe do Ministério Público designar quais “os servidores de seus quadros pessoais, no exercício de funções de segurança, que poderão portar arma de fogo, respeitado o limite máximo de 50% do número de servidores que exerçam funções de segurança”. O coordenador do NAS avalia que a legislação deveria ser mais extensiva para evitar problemas como plan-

tões em que não haveria ninguém habilitada para portar o armamento.

Para Carlão, houve uma falha na lei em relação a essa questão de limitar o porte de arma em até 50% do quadro de servidores que exercem a função de segurança nos tribunais. “E quando esse servidor habilitado entrar de férias? Como fica? O porte dele também vai para as férias?”, indaga.

O coordenador do NAS do Sisejufe lembra que existem tantas exigências para que o agente tirar o porte de armas que não faz sentido a lei ser tão restritiva. “A lei determina que o agente faça aulas de formação em estabelecimentos de atividade policial, precisa apresentar todos os documentos em dia, certidões negativas, não pode estar respondendo a ações na Justiça. Não é qualquer um que pode ter porte de arma”, afirma.

Em 16 agosto de 2012, coube aos agentes Joel Lima de Farias (diretor sindical), Carlos Henrique Ramos da Silva, o Carlão (diretor sindical), Ailton Alves de Melo (supervisor de segurança) e Iari Ferreira da Silva, a segurança da sessão de julgamento presidida pelo juiz Erik Navarro Wolkart, no Tribunal do Júri Federal da avenida Venezuela, que tratava do caso do sargento do Exército Leandro Maia Bueno, um dos 11 militares acusados de entregar três jovens do morro da Providência a traficantes rivais do morro da Mineira, em 2008. No dia seguinte a este fato, os jovens foram encontrados executados. “A nova lei vai corrigir essa situação em que estamos trabalhando hoje. Estamos aguardando a regulamentação do porte de armas. Nossa responsabilidade é grande. Temos de cuidar da segurança do corpo de jurados, magistrados, advogados e jurisdicionados. Tudo sem estar armados”, ressaltou Carlão, que é coordenador do NAS do Sisejufe

O diretor defende ainda que se não houver a modificação que sejam usados critérios técnicos para escolha de quem vai ter o porte de arma. “Deve ser dado para quem

preenche os critérios técnicos e não para quem é amigo ou tenha ligação com tribunal”, diz.

*Da Redação.



Foto: Max Leone

ASSEMBLEIA GERAL ELEGU DELEGAÇÃO PARA A MARCHA DOS SPFs E PARA A REUNIÃO AMPLIADA DA FENAJUFE EM BRASÍLIA

Henri Figueiredo*

A categoria judiciária fluminense elegeu em assembleia geral na terça-feira, 14 de agosto, a delegação para a Marcha dos Servidores Públicos Federais (SPFs) que aconteceu em Brasília na quarta-feira, 15 de agosto, e que também representou o Rio de Janeiro na Reunião Ampliada da Federação dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajufe) que aconteceu na quinta-feira, 16 de agosto.

Cerca de 60 servidores e ser-



Foto: Henri Figueiredo

Próxima Assembleia Geral da categoria, para a retomada da greve, foi antecipada de 24 de agosto para a quarta-feira, 22 de agosto, às 12h, em frente à JF da av. Rio Branco

vidoras participaram da assembleia que reuniu funcionários do TRF, das Justiças Federais da própria avenida Rio Branco, da Almirante Barroso e da avenida Venezuela, do TRF, do TRT e da Justiça Eleitoral.

Sem polêmica, uma chapa de consenso foi aprovada pelos presentes. A delegação é composta pelos seguintes servidores: Carlos Antônio Pereira de Almeida; Carlos Eduardo Lemos Nani; Dulavim de Oliveira Lima Junior; Helena Guimarães Cruz (delegada da diretoria do sindicato); João Souza da Cunha; Leonardo Couto Chueri; Lucilene Lima Araújo de Jesus; Neli

da Costa Rosa; e Soraia Garcia Marca.

Uma segunda proposta, levada à assembleia, era de que o Sisejufe produzisse camisetas pretas com as inscrições: “Eleição 100%. Reajuste 0%” para serem usadas durante as eleições de outubro, caso a categoria não esteja em greve. Como não houve consenso, a ideia foi posta em votação e a maioria dos filiados presentes decidiu por rejeitar, naquele momento a proposta da camiseta. Houve uma abstenção.

*Da Redação.

Jornada de Qualidade de Vida no dia 28 de agosto

Aposentados

Em parceria com o Departamento de Saúde do Sisejufe, o Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP) no próximo encontro do segmento, dia 28 de agosto, às 15h, na sede do sindicato, vai promover a “Jornada de Qualidade de Vida”. O evento abordará os temas relacionados a qualidade de vida e sintomas que devem ser observado no controle da saúde, em especial para os que já estão na Melhor Idade

Tatiana Lima*

A “Jornada de Qualidade de Vida” contará com a presença da diretora sindical Helena Cruz, do Departamento de Saúde, palestra do fisioterapeuta Antônio Carlos Coelho Lopes (funcionário do Sisejufe) sobre relaxamento muscular, além de profissionais da Unimed Rio que farão medição de pressão arterial e glicose dos participantes.

Em julho, o DAP realizou Bingo Cultural

Na reunião de 31 de julho, o DAP organizou um Bingo Cultural com objetivo de fornecer um espaço de informação, lazer e integração. Participaram do encontro a coordenadora do DAP, Lucilene Lima, a advogada Araceli Rodrigues, do Departamento Jurídico do Sisejufe, e a assessora política do sindicato, Vera Miranda.

“As informações trazidas para todos os participantes das reuniões o DAP são essenciais, mas o departamento e o sindicato acredita que podemos transformar esse dia em uma atividade lúdica, pois ser ativista sindical também passa por propiciar cultura e arte”, disse Vera Miranda, assessora política do Sisejufe.

A ideia do Bingo Cultural casou com a comemoração do dia dos Avós e Avós – celebrado em 26 de julho. A data foi escolhida para a comemoração porque é o

dia de Santa Ana e São Joaquim, pais de Maria e avós de Jesus. Para a coordenadora do DAP, Lucilene Lima, celebrar o Dia dos Avós significa “valorizar a experiência de vida, reconhecer o valor da sabedoria adquirida, não apenas nos livros ou o aprendido nas escolas, mas no convívio com as pessoas no seio familiar”.

No começo do encontro, a advogada Araceli Rodrigues municiou os participantes de informações referentes às ações ajuizadas pelo sindicato, que podem beneficiar o segmento, dando oportunidade dos aposentados e pensionistas esclarecerem dúvidas. Lucilene Lima, ainda, passou informes sobre a tramitação da luta para aprovação do PL 6.613/2009 e da Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 555, que propõe acabar com a contribuição previdenciária de 11% sobre as aposentadorias que excedam o teto do INSS de R\$ 3.916,20.

A ordem foi “bingar”

Reunidos em grupos em mesas dispostas no auditório do sindicato, os 21 participantes do encontro do DAP trocaram os discursos políticos e preocupações com a pauta de luta da categoria para brincar de bingo. Exatamente às 16h39min de 31 de julho, o Bingo Cultural começou com a distribuição de cartelas. A cada número sorteado – por sistema eletrônico – a expectativa dos partici-



Fotos: Tatiana Lima

No alto, os convidados participam do Bingo Cultural. Ao lado, Elizângela de Souza assistente social da Justiça Federal entre a assessora política do Sisejufe Vera Miranda e a coordenadora do DAP Lucilene Lima. Abaixo, a advogada Araceli Rodrigues atualiza os sindicalizados sobre as ações jurídicas do sindicato



pantes aumentava. O primeiro a gritar “bingo” foi o servidor aposentado Sidney Müller. Mas foi uma pegadinha. Ele só havia completado uma linha da cartela.

O primeiro vencedor do Bingo Cultural foi Agmar Ricardo, servidor aposentado do Tribunal Regional Eleitoral. Ele agradeceu o brinde ganho e lembrou que não celebrava a “mágica de ter netos”, mas o fato de já ser bisavô. Vários aposentados e

pensionistas foram premiados com brindes diversos: jogos de dominós, bolsas, livros, jogos de chá japonês, entre outros. A cada cartela preenchida, a festa tomava conta do auditório do Sisejufe.

Foi a aposentada Judith Calazans, contudo, a grande premiada do Bingo Cultural do DAP. Ela foi a sortuda que conseguiu preencher duas cartelas em diferentes momentos, ganhando

dois prêmios: um jogo de dominó e o livro “As esganadas”, do escritor e humorista Jô Soares. O Bingo Cultural agradou tanto os participantes que o encontro atravessou a tarde e foi até a noite, terminando às 18h30.

O encontro tradicional do segmento acontece todas últimas terças-feiras de cada mês.

*Da Redação.

Trio Forrozão comanda arrasta-pé nas alturas

Festa Agostina

O Departamento de Cultura do Sisejufe no dia 17 de agosto pôs mais de 300 servidores para “forrozear” no terraço do Clube de Engenharia no Centro do Rio, na Festa Agostina. A atração da noite foi o Trio Forrozão que a cada batida marcada e animada da zabumba de Nicodemos, somadas à sanfona de Chiquinho Correa e o triângulo de Chupa Kabra, fez todos arrastarem o pé a noite inteira ao som de grandes mestres da música popular brasileira como Luiz Gonzaga. Foi com os versos de o “Xote das Meninas” que o vocalista Bastos, do Trio Forrozão, abriu a festa para alegria dos servidores e servidoras do Judiciário Federal do Rio. Um DJ tocava os últimos sucessos do forró nos intervalos

Fotos: Tatiana Lima



Tatiana Lima*

Ninguém teve desculpa para não cair na pista de dança. O Departamento de Cultura contratou quatro dançarinos da Academia Álvaro Rei para ensinar e ser par de quem quisesse aprender os primeiros passos ou “forrozear”. “Queremos diversificar para promover a participação de nossos sindicalizados. Por isso, estamos sempre em busca de novidades que possam agradar nosso público”, disse o coordenador do Departamento de Cultura do sindicato, Adriano Nunes.

“A contratação de dançarinos foi uma experiência nova. Resolvemos contratá-los porque percebemos que nas festas as mulheres querem dançar e os homens ficam tímidos. Os ser-

vidores gostaram da ideia, pois a recepção aos dançarinos foi positiva. Porém por se tratar de uma experiência pioneira, vamos fazer alguns ajustes na próxima oportunidade”, afirmou o diretor sindical Adriano Nunes.

A festa temática teve direito a enfeites, chapéu de palha e muitos doces típicos de festas juninas e julinas. Segundo Adriano Nunes, vários servidores elogiaram a qualidade do buffet, da decoração, da banda e da vista do salão. A festa foi feita no 24º andar do Clube de Engenharia que conta com salão e terraço com vista para o Centro do Rio e a Baía da Guanabara.

A próxima festa está programada para a segunda quinzena de novembro.

*Da Redação.



Justiça unificará valores de assistência médica e odontológica até 2015

Saúde

Em negociação junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, os tribunais superiores e conselhos conseguiram garantir a ampliação do limite da Proposta Orçamentária de 2013 para unificar os valores do benefício Assistência Médica e Odontológica no âmbito do Poder Judiciário da União até 2015

Na Justiça do Trabalho, conforme critério de distribuição dos limites para o orçamento de 2012, o valor mensal do benefício foi fixado em R\$ 210,00 para cada servidor e magistrado ativo, inativo e pensionista. Com o acordo firmado junto ao Poder Executivo, os valores do benefício serão aumentados, nos anos subsequentes, na seguinte proporção:

Exercício	Valor (R\$)	Varição
2013	280,00	33%
2014	355,00	69%
2015	430,00	105%

Por conseguinte, a dotação inserida na proposta orçamentária da Justiça do Trabalho de 2013 para Assistência Médica e Odontológica, que corresponde aos mesmos valores do orçamento de 2012

(R\$ 158.466.965,00), receberá aporte adicional no valor de R\$ 57.692.011,00.

Com a implementação deste acordo, todos os benefícios pagos no âmbito do Poder Judiciário passarão a ter valores unificados, vez que o valor mensal do auxílio-alimentação corresponde a R\$ 710,00 e o da assistência pré-escolar, de R\$ 561,00, foram igualados em todos os órgãos da Justiça do Trabalho no presente exercício.

Diretores do Sisejufe solicitaram reajuste do ressarcimento em junho

Os diretores do Sisejufe Valter Nogueira Alves e Roberto Ponciano estiveram reunidos no dia 15 de junho com a secretária-geral do Conselho da Justiça Federal (CJF) Eva Maria Ferreira Barros para discutirem o reajuste dos valores

Sindicato solicita reajuste do ressarcimento com plano de saúde

Saúde CJF negocia aumentar valor de custeio de R\$ 90 para R\$ 208

Os diretores do Sisejufe Valter Nogueira Alves e Roberto Ponciano estiveram reunidos no último dia 15 de junho com a secretária-geral do Conselho da Justiça Federal (CJF) Eva Maria Ferreira Barros para discutirem o reajuste dos valores pagos a título de ressarcimento parcial de despesas com planos privados de saúde. Os valores de R\$ 90,00 para cada titular e dependentes não têm reajuste desde 2007, data em que o CJF reconheceu o direito dos servidores escolherem livremente o plano que melhor lhes atenda

-saúde a usuários de planos diferentes do contratado pelo TRF e pela JF no Rio de Janeiro.

Reajuste no TRT e no TRT

O Sisejufe também está solicitando audiência com o TSE e CSJT para discutir o reajuste dos valores do ressarcimento para servidores destes órgãos. Na Justiça do Trabalho, conforme a resolução, os valores per capita anuais de custeio da assistência complementar à saúde, definidos pela Portaria 122/2010 da Presidência do TRT, que agora correspondem também ao auxílio-saúde, são os seguintes: titular R\$ 123; dependente legal sem economia própria R\$ 61,50. Na Justiça Eleitoral, os

Os tribunais superiores, os valores estão muito acima do que se paga hoje na Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, sem contar que nestes órgãos os servidores recebem a título de auxílio-saúde, com esses valores não podem arcar com essa despesa. O diretor sindical Roberto Ponciano disse que os servidores do Judiciário estão há seis anos sem reajuste salarial há e há cinco anos que os valores de custeio dos planos de

pagos a título de ressarcimento parcial de despesas com planos privados de saúde, de acordo com o noticiado na página 3 do jornal Contraponto nº 49 (fac-símile acima). Na reunião, a secretária-geral informou que o CJF estava em negociação com a Secretaria de Orçamento Federal para garantir o reajuste dos valores.

Valter Nogueira e Roberto Ponciano cobraram urgência na definição do reajuste e relataram à secretária

que, na 2ª Região, vários servidores já tinham aberto mão do plano de saúde por não poderem arcar com os valores cobrados pelas operadoras; outros servidores sequer têm margem consignável para efetuar o desconto e têm de fazer os pagamentos com cheques pré-datados.

O auxílio-saúde na Justiça Federal é regulamentado pela Resolução 587, de 28 de novembro de 2007, do CJF, que atendeu uma solicitação do Sisejufe e outras entidades para

que reconhecesse o direito ao reembolso parcial do auxílio-saúde a usuários de planos diferentes do contratado pelo TRF e pela JF no Rio de Janeiro. Os diretores do Sisejufe também solicitaram audiência com o TSE e com o CSJT para discutir o reajuste dos valores do ressarcimento para servidores destes órgãos das Justiças Eleitoral e Trabalhista.

*Da Redação.
(21/08/2012 – Patrícia Resende/Imprensa/CSJT)

Lançada Pesquisa de Saúde e Condições de Trabalho do Sisejufe

Max Leone*

O Departamento de Saúde do Sisejufe lançou, em 6 de agosto, a Pesquisa de Saúde e Condições de Trabalho, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Diretores e funcionários do sindicato começaram a distribuir, em todos dos setores do TRT da rua do Lavradio o questionário que levantará dados sobre essa área em toda a categoria no estado. Divididos em dois grupos, os diretores Helena Cruz (coordenadora do Departamento de Saúde), Willians Faustino (servidor do TRT) e Roberto Ponciano (servidor da JF), a assessora política do Sisejufe Vera Miranda, e o funcionário da entidade sindical Anderson Paixão percorreram as 70 varas trabalhistas dos 10 andares do prédio do tribunal com o material da pesquisa. Na parte da tarde, a pesquisa foi lançada na Justiça Federal de Niterói.

“A participação de cada servidor, de todos os segmentos do Judiciário Federal, não só da Justiça Trabalhista, será de grande importância para esse levantamento que estamos fazendo. Vai fundamentar um trabalho científico que servirá de base para discutirmos e reivindicar melhores condições de trabalho, de saúde e de vida para nossa categoria”, destacou a diretora Helena Cruz,

enquanto apresentava os questionários para os servidores da 69ª Vara Trabalhista no 10º andar do TRT da Lavradio.

“É preciso assinar o Termo de Consentimento para validar os dados que serão tabulados pela organizadora da pesquisa, que é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sem esse termo, as informações dos questionários não poderão ser considerados”, explicou a assessora política do Sisejufe, Vera Miranda.

PESQUISA NÃO IDENTIFICARÁ PARTICIPANTES

O diretor do Sisejufe Willians Faustino, também membro do Departamento de Saúde, informou que a pesquisa não vai identificar os participantes mas que respondê-la fará com que o sindicato tenha mais informações para traçar políticas de prevenção de problemas de saúde. “Só assim teremos condições de mostrar aos tribunais o que prejudica os servidores. Teremos dados embasados que nos ajudarão nas negociações por melhores condições de trabalho”, afirmou.

O calendário de visitas na capital e interior, elaborado pelo Departamento de Saúde na reunião de 25 de julho, foi ratificado pela



Willians e Helena: diretores sindicais lançaram pesquisa de saúde no TRT

Diretoria Colegiada do Sisejufe em reunião geral na noite de 1º de agosto de 2012. O Departamento de Saúde decidiu que o envio dos questionários da pesquisa de saúde para locais onde não existam três dos ramos das justiças federais (Eleitoral, Trabalho ou Federal) – e que fiquem fora dos principais roteiros rodoviários – será feito via Correios e terá o acompanhamento da entrega por telefone da assessoria política e do Departamento de Saúde. Os questionários serão entregues juntamente com o termo de consentimento de utilização dos dados da pesquisa para que possam ser tabulados em pesquisa científica. O prazo para recolhimento dos

questionários será de 30 dias a contar da entrega.

O processo de distribuição e recolhimento de dados da pesquisa para fins de sistematização dos dados será organizado por Justiça, e dentro destas da seguinte forma: a) varas com processo eletrônico; b) varas sem processo eletrônico por foro, exceto quando for vara única; c) agentes de segurança; d) oficiais de justiça; e) gabinetes; f) administrativo.

Na aplicação da pesquisa entre oficiais de justiça e entre os agentes de segurança, o Departamento de Saúde contará com a parceria do Núcleo de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Nojaf) e do Núcleo de Agentes

de Segurança do Sisejufe, para fins de distribuição e recolhimento dos questionários. O Departamento de Saúde também deliberou que, nos tribunais e nos foros da capital e do interior onde haja diretores sindicais, a visita para a pesquisa de saúde deverá ser feita em conjunto com eles – sendo que o diretor local ficará responsável pelo recolhimento posterior dos questionários.

CAMPANHA DE PAUSA

A campanha de pausa será lançada no recolhimento da pesquisa de saúde. Os servidores que responderem à pesquisa receberão o mousepad ou a camisa com o símbolo da campanha, como forma de incentivo. Os itens serão entregues aos servidores e servidoras que responderem à pesquisa independentemente de serem ou não filiados ao sindicato.

Na segunda-feira, 27, e na terça-feira, 28 de agosto, o Sisejufe estará levando a pesquisa para Resende, Volta Redonda, Barra do Pirai e Angra dos Reis. O Departamento de Saúde do Sisejufe vai se reunir toda última quinta-feira de cada mês, a partir da 19h, na sede do Sisejufe, ou então extraordinariamente quando demandado. A próxima reunião é em 30 de agosto.

*Da Redação.